

ENTRE O GOLPE E A BALA: VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NA POLÍTICA NOS CASOS DILMA E MARIELLE E PARTICIPAÇÃO DE MULHERES NAS ELEIÇÕES DO RIO DE JANEIRO – RJ

Ariane Cristina Machado¹

Maria Eduarda Tencati da Costa²

Resumo: A sub-representação feminina na política tem sido um tema central na Ciência Política, com ênfase crescente na análise interseccional de gênero, raça e classe (Davis, 1983; Crenshaw, s.d.; Biroli e Miguel, 2015). No Brasil, os episódios do impeachment de Dilma Rousseff (PT), em 2016, e do assassinato de Marielle Franco (PSOL), em 2018, evidenciam a violência política contra mulheres como um dos principais obstáculos à participação política feminina (Krook e Sanín, 2016; Matos, 2022). Este artigo analisa a participação de mulheres de esquerda nas eleições municipais e gerais na cidade do Rio de Janeiro entre 2002 e 2024, observando os reflexos desses episódios. A partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral, cruzamos as variáveis gênero, raça e filiação partidária. Observa-se uma retração nas candidaturas femininas em 2016, seguida por um crescimento expressivo em 2020, especialmente entre mulheres negras com perfil semelhante ao de Marielle. Embora não se estabeleça uma relação causal direta, os dados sugerem que episódios de violência política podem operar tanto como formas de silenciamento quanto como catalisadores de resistência. Os resultados indicam que, mesmo diante de estruturas excludentes, a atuação de mulheres negras na política institucional reconfigura os sentidos da democracia e aponta para novos horizontes de representação.

Palavras-chave: Violência Política Contra Mulheres; Eleições; Interseccionalidade; Mulheres Negras; Rio de Janeiro.

BETWEEN THE COUP AND THE BULLET: VIOLENCE AGAINST WOMEN IN POLITICS IN THE CASES OF DILMA AND MARIELLE AND THE PARTICIPATION OF WOMEN IN THE ELECTIONS OF RIO DE JANEIRO – RJ

Abstract: The underrepresentation of women in politics has been a central issue in Political Science, especially through intersectional analyses of gender, race, and class (Davis, 1983; Crenshaw, n.d.; Biroli & Miguel, 2015). In Brazil, two key episodes highlight this dynamic: the impeachment of President Dilma Rousseff (PT) in 2016 and the assassination of Councilwoman Marielle Franco (PSOL) in 2018. These events exemplify political violence against women as a major obstacle to female political

¹Mestranda em Ciência Política e Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). E-mail: machadoariane@estudante.ufscar.br

² Mestranda em Ciência Política e Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). E-mail: mariatencati@estudante.ufscar.br

participation (Krook & Sanín, 2016; Matos, 2022). This article analyzes the participation of left-wing women in municipal and general elections in the city of Rio de Janeiro between 2002 and 2024, observing the effects of these episodes. Using data from the Brazilian Electoral Court, we cross-analyze gender, race, and party affiliation. A decline in female candidacies is noted in 2016, followed by a significant rise in 2020, particularly among Black women with profiles similar to Marielle's. Although the study does not claim a direct causal relationship, the findings suggest that political violence can function both as a silencing mechanism and as a catalyst for resistance. The results show that, despite persistent exclusionary structures, Black women's institutional political participation reconfigures the meanings of democracy and opens new pathways for inclusive representation.

Keywords: Political Violence Against Women; Elections; Intersectionality; Black Women; Rio de Janeiro.

1 INTRODUÇÃO

A sub-representação de mulheres na política tem sido uma questão central nos debates da Ciência Política, que procura identificar explicações para as desigualdades na ocupação de cargos eletivos. No Brasil, eventos recentes como o assassinato de Marielle Franco (PSOL), em 2018, e o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff (PT), em 2016, trouxeram à tona a violência contra as mulheres na política (Krook e Sanin, 2018; Matos, 2020) como um dos principais obstáculos à participação política feminina. Quando observada a interseccionalidade de gênero e raça, essa lacuna se torna ainda mais evidente, pois mulheres racializadas enfrentam múltiplos níveis de discriminação (Davis, 1983).

Conforme destacam Krook e Sanín (2018), a violência contra as mulheres na política (VAWIP) funciona como um mecanismo específico de exclusão, cuja centralidade reside no fato de que as mulheres são alvos justamente por sua condição de gênero, independentemente do conteúdo político de sua atuação. Embora este estudo não busque estabelecer inferências causais, é importante considerar, como argumentam Krook e Sanín (2018), que a violência política, especialmente a violência contra mulheres na política, possui uma dimensão comunicativa que faz com que seus efeitos extrapolem as vítimas diretas e reverberem de modo difuso no campo político e social. Essa violência reforça a mensagem de que as mulheres, enquanto grupo social, não devem ocupar espaços políticos. Neste sentido, busca-se compreender se houve alguma tendência de aumento ou diminuição na participação eleitoral feminina após o episódio de maior repercussão nacional na história recente da violência contra as mulheres na política: o assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL). Além disso, incorpora-se à análise o contexto do golpe institucional de 2016 contra a presidenta Dilma Rousseff, que representa um episódio emblemático de violência contra mulheres na política no Brasil, especialmente por sua dimensão simbólica que reforça o paradigma excludente com relação à participação de mulheres da política.

Para isso, este trabalho propõe observar a participação política de mulheres alinhadas à esquerda na cidade do Rio de Janeiro, considerando tanto eleições municipais quanto gerais, entre 2002 e 2024. Além disso, a partir do olhar interseccional, será possível observar a relação que gênero e racialidade estabelecem

na ocupação da esfera pública. Ao iluminar a interseção entre gênero, raça e ideologia partidária, a análise busca imaginar o mundo social (Simmons e Smith, 2023) em que políticas públicas e iniciativas partidárias promovam um ambiente político seguro e, consequentemente, mais democrático para a participação de mulheres.

Este estudo exploratório pode contribuir para o entendimento sobre as barreiras estruturais enfrentadas por mulheres na política brasileira e os fatores que podem estimular ou desestimular sua participação. Ele tem uma evidente limitação de escopo, tendo em vista que a compreensão plena sobre o fenômeno demandaria a associação de métodos quantitativos e qualitativos. Na tentativa de sanar a lacuna qualitativa, recorreu-se a fontes secundárias³, como matérias de jornais renomados com candidatas.

Este artigo está estruturado da seguinte forma: a próxima seção apresenta a discussão teórica sobre sub-representação feminina, interseccionalidade e violência política contra as mulheres. Em seguida, são detalhados os métodos e técnicas utilizados na análise comparativa. A quarta seção discute os resultados da análise, e, finalmente, as considerações finais apontam os principais achados e suas implicações para o campo dos estudos de Gênero e Participação Política.

2 Sub-representação feminina, interseccionalidade e violência política contra as mulheres

Ao adotar gênero como recorte, este estudo se dispõe a observar como ele se relaciona com as demais variáveis que podem impactar ou serem impactadas por ele. Os estudos sobre mulheres e política (Pateman, 1988; Sacchet, 2011; Biroli, 2018, Braga, Dalcin e Boni, 2021; Thomé e Gatto; 2024) apontam a dualidade público-privada com chave para compreender como as relações de gênero são capazes de refletir na esfera pública as desigualdades reproduzidas na esfera privada. A divisão sexual do trabalho, conforme argumenta Pateman (2013), reflete-se tanto na organização da produção, no âmbito do trabalho, quanto no exercício da cidadania. Esse elemento estrutural é central para a dicotomia histórica entre o espaço público, associado à representação e participação política, e o espaço privado, tradicionalmente ligado ao

³ Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/12/politica/1539356144_236403.html. Acesso em 09/01/2025

cuidado e ao trabalho não remunerado.

A sub-representação de mulheres nos espaços de poder institucional é um fenômeno recorrente nas democracias ocidentais, refletindo desigualdades históricas entre os gêneros. Conforme afirma Biroli (2018), a política institucional foi estruturada a partir da exclusão das mulheres e da naturalização de papéis sociais que as restringem à esfera doméstica. Essa exclusão não se limita à dimensão numérica, mas se manifesta também nas condições de acesso, permanência e voz nos espaços decisórios. No Brasil, a participação das mulheres na política ainda é marcada por dificuldades de entrada e de permanência, mesmo com a vigência de mecanismos como cotas de gênero. A literatura feminista tem demonstrado como a política institucional permanece fortemente marcada por uma cultura masculina, que impõe às mulheres, especialmente as negras e periféricas, obstáculos simbólicos e materiais que dificultam sua atuação (Biroli, 2018; Matos, 2022).

A violência contra mulheres na política não é um fenômeno novo no Brasil, mas tem se intensificado nos últimos anos, afetando não apenas as mulheres eleitas ou candidatas, mas também aquelas que ocupam posições de liderança em partidos políticos, movimentos sociais, sindicatos, ou que atuam como ativistas, defensoras dos direitos humanos, jornalistas e influenciadoras digitais. Dados compilados por instituições como o Observatório da Violência Política e Eleitoral da UNIRIO (OVPE), Instituto Marielle Franco e Terra de Direitos revelam que os episódios de violência contra mulheres na política têm se tornado mais frequentes, especialmente durante anos eleitorais (Lauris & Hashizume, 2020; Santos & Guerra, 2022). De acordo com o Grupo de Trabalho Interministerial de Enfrentamento à Violência Política contra as Mulheres (2024), essa violência manifesta-se de diversas formas e atinge especialmente mulheres que enfrentam múltiplas interseções de opressão, como identidade de gênero, raça, etnia, religião e classe social. A violência contra mulheres na política, portanto, não apenas as agride fisicamente, mas também as marginaliza e silencia, dificultando seu acesso aos espaços de poder e decisão, comprometendo a própria democracia.

Nesse sentido, a violência contra mulheres na política aparece como disciplinador feminino, transmitindo a mensagem de que a política não é um lugar seguro à participação. Krook e Sanín (2016) identificam três tipos principais de manifestações, conforme previsto na legislação boliviana, pioneira na temática:

violência física, sexual e psicológica. Essas formas de violência transcendem o âmbito eleitoral, afetando a participação das mulheres em diversas esferas da política, como nos movimentos sociais, e até mesmo se reproduzem no âmbito privado (Krook e Sanin, 2016). Da mesma forma, a Cartilha sobre Violência Política contra as Mulheres, elaborada pelo NEPEM-UFMG (Matos; Costa; Gonçalves, 2024), caracteriza essa violência como uma manifestação de opressão que limita a plena inclusão das mulheres na vida pública, fragilizando, em última instância, os pilares da democracia.

A compreensão das desigualdades políticas demanda uma abordagem interseccional. Crenshaw (2002) cunhou o termo interseccionalidade para explicar como a opressão de gênero se articula com outras formas de opressão, como o racismo e o classismo. No contexto político, essa articulação implica que mulheres negras, indígenas, trans e pobres enfrentam desafios específicos e agravados para acessar e disputar cargos eletivos. No Brasil, autoras como Carla Akotirene (2019) e Flávia Rios (2021) têm ressaltado como o racismo estrutura a exclusão política, especialmente em contextos urbanos marcados pela violência do Estado. Segundo Matos (2022), o conceito de interseccionalidade é central para compreender as dinâmicas da violência política, pois permite visibilizar a forma como múltiplas opressões operam simultaneamente contra determinadas candidatas e lideranças. A emergência de figuras políticas como Marielle Franco, com forte identificação interseccional, desestabiliza os padrões normativos da política institucional brasileira, tornando essas mulheres alvos preferenciais de violências simbólicas e materiais.

Como apontam Biroli e Miguel (2015, p. 29), “qualquer análise que tenha a ambição de estabelecer relações entre os limites das democracias contemporâneas e as desigualdades sociais precisa incorporar como problema as hierarquias que se constituem na convergência entre os eixos”. Nesse sentido, investigar como a violência política contra as mulheres se relaciona com “cor/raça” oferece ferramentas valiosas para entender as dinâmicas que sustentam a sub-representação feminina na política. Nossa hipótese é de que iniciativas como a Agenda Marielle Franco tenham contribuído para o fortalecimento da identidade de mulheres com perfis semelhantes ao de Marielle Franco.

3 Dilma e Marielle: um desafio comparativo

Esta pesquisa tem como objetivo investigar a influência dos casos de violência política contra Dilma Rousseff e Marielle Franco na participação de mulheres nas eleições gerais e municipais realizadas na cidade do Rio de Janeiro. Para isso, pretende-se analisar os dados relacionados às candidaturas e resultados eleitorais disponíveis no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), buscando identificar tendências capazes de validar ou refutar a afirmação de que a violência política passa a mensagem de que a política não é um espaço seguro para mulheres (Krook e Sanin, 2018). Este capítulo detalha as estratégias metodológicas empregadas, apresentando os fundamentos que orientaram a coleta, o tratamento e a análise dos dados, além de justificar a seleção do caso estudado e as ferramentas interpretativas utilizadas.

A escolha do recorte temporal entre 2002 e 2024 tem como base a lógica comparativa de observar duas eleições anteriores e duas posteriores aos eventos que elegeram ambas as figuras políticas analisadas. No caso das eleições gerais, relacionadas ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff, foram consideradas as disputas de 2002, 2006, 2010, 2014, 2018 e 2022. Já para as eleições municipais, relacionadas ao assassinato da vereadora Marielle Franco, foram analisados os pleitos de 2008, 2012, 2016, 2020 e 2024. Essa delimitação permite observar possíveis variações na participação de mulheres de esquerda, especialmente aquelas com perfis interseccionais, antes e depois dos eventos, sem a pretensão de estabelecer relações de causalidade direta. Trata-se de um exercício exploratório que busca identificar padrões e hipóteses interpretativas sobre os efeitos da violência contra as mulheres na política na dinâmica eleitoral.

Partindo da ideia de iteração (Simmons e Smith, 2023), que consiste na atualização constante das suposições anteriores, conceitos e reconfigurações do desenho de pesquisa, esta pesquisa se iniciou com um desenho bastante diferente do atual, buscando observar apenas o impacto da repercussão do assassinato de Marielle Franco na participação de mulheres nas eleições municipais do Rio de Janeiro. No entanto, após a coleta de dados, observou-se uma queda considerável na participação de mulheres de esquerda nas eleições de 2016⁴, o que chamou a atenção para outros

⁴ Gráfico 1 (abaixo, na seção Análise dos Dados)

possíveis fatores que pudessem ter contribuído para o fenômeno.

O golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, em 2016, foi amplamente estudado (Weber, 2023; Biroli, 2016) como um episódio misógino através do qual se manifestaram diversos tipos de violência política contra as mulheres. Sendo assim, este trabalho considera que não é possível observar o fenômeno da violência política contra as mulheres na história recente da democracia brasileira, sem considerar esses dois casos: Dilma e Marielle.

É importante destacar as diferenças, tanto no que se refere ao cargo, quanto em relação ao perfil das políticas, uma branca, da classe média alta, com longa trajetória política, do maior partido da esquerda brasileira; a outra, negra, cria da favela da Maré, recém-eleita para seu primeiro mandato como vereadora, de um partido pequeno como o PSOL. Uma foi retirada do cargo por meio de um golpe e a outra, assassinada. Ambos são casos recentes de repercussão nacional em que mulheres de esquerda, politicamente comprometidas com a defesa dos direitos das minorias, e legitimamente eleitas, foram forçadas a abandonar seus cargos.

A partir de uma perspectiva de comparação pluralista (Simmons e Smith, 2023), neste estudo, os casos não são tratados como uma unidade de análise estática, mas como construções dinâmicas, continuamente exercendo influência e sendo influenciados pelo contexto. Essa perspectiva é fundamentada na proposta de Joe Soss (2021), que sugere que casos sejam vistos não como substantivos fixos, mas como verbos. Uma observação por essa lente é capaz de favorecer o processo ativo de criação e recriação das unidades de análise pelos pesquisadores. Essa abordagem reconhece a importância de diversificar os métodos de comparação perspectivista, não apenas explicando o mundo social, mas também buscando imaginar novas possibilidades para ele.

No processo de análise, adotou-se o conceito de tradução metodológica (Simmons e Smith, 2023), que reconhece que ideias e processos podem ser compreendidos em diferentes contextos, mas nem sempre de forma linear ou uniforme, exigindo atenção às adaptações. No caso, serão comparados dois casos de violência política contra a mulher de esferas e dimensões distintas, aparentemente não comparáveis como unidades fixas e independentes, mas que, pelo contrário, têm significados semelhantes para o campo da esquerda e podem relacionar-se. Essa

abordagem busca evitar interpretações reducionistas ou universalizantes, privilegiando um olhar que respeita a complexidade das realidades estudadas. Seguindo a perspectiva de Simmons e Smith (2023),

“Na ciência política, deve haver espaço tanto para projetos de pesquisa que enfatizam a identificação causal clara quanto para projetos onde esses tipos de vínculos precisos são impossíveis de discernir. (...) se, em nossa ênfase na identificação causal como o padrão de ouro, esses se tornam os únicos tipos de programas de pesquisa que autorizamos, perdemos a oportunidade de fazer as contribuições conceituais cruciais que vêm com os designs de pesquisa mais flexíveis.” (SIMMONS E SMITH, 2023, tradução livre)

Compreende-se que os casos destacados são ideográficos (Lijphart, 1971), ou seja, são casos intrinsecamente relevantes, por seu valor histórico (ou por sua importância pessoal para o pesquisador). Casos ideográficos não buscam generalizações, mas podem contribuir para leituras mais amplas sobre o fenômeno. A escolha foi observar apenas os dados sobre a cidade do Rio de Janeiro, que já foi capital do país e hoje é um dos principais centros políticos do Brasil, também é um dos locais com grande presença de milícias organizadas, fator fundamental para a compreensão dos fenômenos políticos, como o próprio assassinato de Marielle Franco. Nesse sentido, não haveria outra localidade brasileira com características semelhantes. Optou-se, então, por observar dois casos em uma mesma região, como parâmetro de comparação.

A análise foi realizada a partir de dados documentais e estatísticos sobre candidaturas no Rio de Janeiro, com foco em variáveis ideológicas (partido) e identitárias (cor/raça e gênero) ao longo dos anos. As variáveis foram selecionadas com base em um desenho de pesquisa que privilegiou, entre outros fatores, o perfil das candidatas, especialmente aquelas que se assemelham ao de Marielle Franco e Dilma Rousseff e o contexto político que envolveu cada pleito.⁵ Outro fator determinante para a escolha da cidade do Rio de Janeiro foi a abordagem da questão de cor/raça sob a perspectiva da sensibilidade etnográfica (Simmons e Smith, 2023), que valoriza os significados atribuídos pelos próprios agentes envolvidos. Nesse contexto, a experiência de ser uma mulher negra na política pode assumir significados e implicações distintas no Nordeste ou no Sul, em relação à vivência desse mesmo papel em uma capital do Sudeste, como o Rio de Janeiro.

⁵ A variável “orientação sexual”, inicialmente presente no projeto, foi excluída da análise por falta de dados disponíveis no TSE.

Outra das dimensões de análise são os partidos políticos. O Mapa da Violência Política de Gênero em Plataformas Digitais (2001) é um relatório que analisa como a violência política contra as mulheres atinge as parlamentares brasileiras. Na pesquisa, o resultado que se destaca e se relaciona com a hipótese deste trabalho diz respeito à motivação dos ataques, que parece ser principalmente ideológica.

“(...) o que se observa é que, embora a direita sofra muito mais ataques que a esquerda, a proporção entre o número de ataques e as menções nominais às parlamentares de esquerda (14,6%) é maior do que a de parlamentares de direita (6,9%)” (Mapa da Violência Política de Gênero em Plataformas Digitais, 2001)

A análise seguiu a estratégia de cruzamento da variável gênero com a filiação partidária, delimitando o grupo de estudo às candidaturas femininas vinculadas a partidos de esquerda. Essa delimitação justifica-se pela associação desse perfil à trajetória da vereadora Marielle Franco, cuja execução tornou-se um marco do fenômeno da violência política. Para a classificação ideológica dos partidos políticos, adotaram-se os parâmetros estabelecidos por Bolognesi, Ribeiro e Codato (2021). Os autores desenvolveram uma escala a partir de um *survey* aplicado a 579 cientistas políticos em todo o Brasil, resultando em uma categorização que posiciona os partidos em cinco espectros ideológicos: extrema-esquerda, centro-esquerda, centro, centro-direita e extrema-direita. A escala atribuída varia de 0, representando a extrema-esquerda, a 10, correspondente à extrema-direita.

Esse processo reflexivo, aliado à análise dos eventos, demonstra que o campo da violência política contra as mulheres é rico em complexidade e oferece oportunidades para abordagens metodológicas inovadoras. A escolha de métodos flexíveis e adaptáveis, como a iteração, reflete não apenas os limites enfrentados pela pesquisa, mas também sua potencialidade em abrir caminhos para estudos futuros mais aprofundados e abrangentes.

4 Germinando sementes: a reação das mulheres à violência política

Os dados coletados pela pesquisa evidenciam variações no número de candidaturas femininas ao longo dos ciclos eleitorais analisados, tanto em eleições municipais quanto gerais. Nas disputas de 2008 e 2012, observa-se um crescimento no número de mulheres candidatas nos partidos selecionados. O PDT registrou um

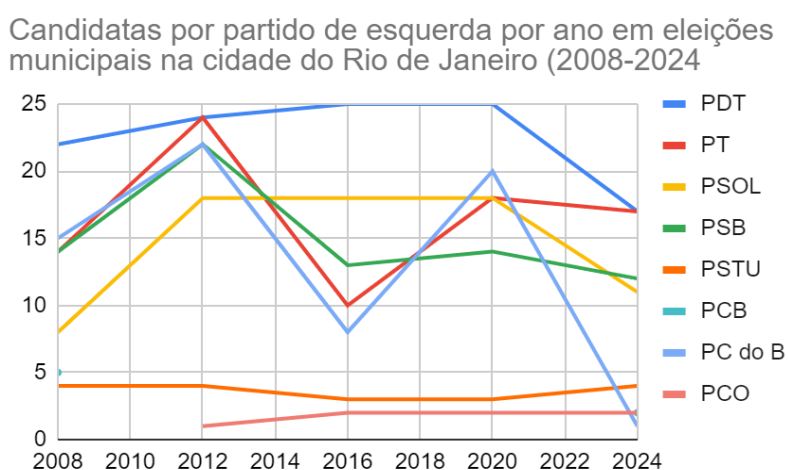
aumento de 22 para 24 candidaturas, o PT de 14 para 24, o PSOL de 7 para 18, o PSB de 14 para 22, enquanto o PSTU manteve 4 candidaturas em ambas as eleições. O PCdoB apresentou um crescimento de 15 para 22 candidaturas, ao passo que o PCB, que havia registrado 5 candidaturas em 2008, não apresentou nenhuma em 2012. O PCO, por sua vez, teve apenas uma candidatura feminina em 2012.

Em 2016, ano em que Marielle Franco disputou as eleições, observa-se uma queda significativa no número de candidaturas femininas. Esse movimento é seguido por um crescimento em 2020 e, posteriormente, por nova retração em 2024. A análise desses dados sugere que a redução observada em 2016 coincide com o *impeachment* de Dilma Rousseff, um evento marcado por expressiva violência política contra a então presidenta.

4.1 Eleições municipais

No gráfico "Candidatas por partido de esquerda por ano em eleições municipais na cidade do Rio de Janeiro (2008-2024)", é possível identificar quatro tendências principais.

Gráfico 1 – Candidatas por partido de Esquerda Por ano em eleições municipais



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025)

Primeiro, observa-se que o PDT foi o partido com o maior número de candidatas ao longo de quase todo o período analisado. Vale destacar, ainda, que o partido tem

suas raízes no Rio de Janeiro e surgiu como um resgate do antigo PTB, legado de Getúlio Vargas e de João Goulart. No entanto, poucos dias após a Justiça Eleitoral conceder a sigla ao grupo, decidiu-se pela utilização de outra. Sob a liderança de Leonel Brizola, o PDT se apresentou com um forte apelo social e se consolidou como uma legenda voltada para a defesa da igualdade e dos direitos da classe trabalhadora. Nos anos analisados, o PDT se destacou como o partido de esquerda com maior participação de mulheres em suas listas, tanto em pleitos municipais quanto em disputas federais e estaduais. Essa liderança se manteve até 2020, quando o partido apresentou uma queda significativa em 2024, acompanhando a retração de quase todas as outras siglas. Neste mesmo ano, o PDT igualou-se ao PT no número de candidatas.

Segundo, entre 2008 e 2012, houve um crescimento expressivo no número de candidatas na maioria dos partidos. Essa tendência, entretanto, foi interrompida em 2016, quando ocorreu uma queda generalizada, com exceção do PDT, do PSOL de Marielle Franco e dos partidos menores (PCB, PCO e PSTU), que mantiveram estáveis suas candidaturas.

Terceiro, os partidos PT, PSB e PCdoB apresentam trajetórias semelhantes no início do gráfico, o que pode indicar afinidades na forma como essas legendas respondem a determinados contextos políticos. A partir de 2016, observa-se uma redução no número de candidaturas femininas nesses partidos, em um momento que se dá em um contexto posterior ao impeachment de Dilma Rousseff e ao reordenamento das forças políticas no campo institucional. Embora essa sobreposição temporal seja relevante para a análise, é importante reforçar que não é objetivo deste artigo estabelecer inferências causais entre tais eventos e as oscilações observadas nas candidaturas. A abordagem adotada é descritiva e busca levantar hipóteses interpretativas a partir da observação de padrões recorrentes. Nesse cenário, chama atenção o comportamento do PSOL, que, apesar de compartilhar alinhamento ideológico com essas legendas, foi o único a manter estável o número de candidaturas femininas no período analisado.

A análise territorial dos votos do PSOL na cidade do Rio de Janeiro, especialmente a partir das eleições de 2016, revela um dado relevante: embora as candidaturas de mulheres negras do partido estejam fortemente vinculadas a agendas populares, seus votos se concentram, muitas vezes, em regiões da zona sul da cidade,

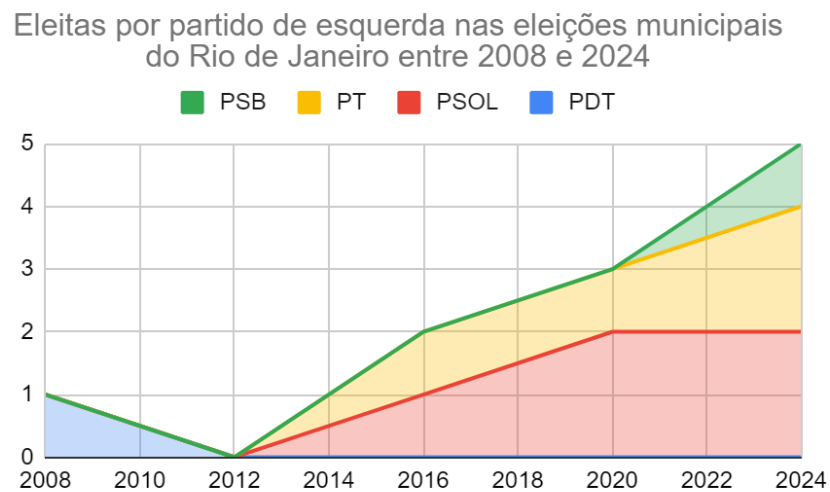
tradicionalmente associadas a setores de classe média e elite progressista. Segundo Silva (2022), o PSOL tem se consolidado como uma das forças de esquerda mais influentes no município, superando o Partido dos Trabalhadores em cadeiras na Câmara desde 2016. Um dos fatores centrais para esse crescimento é a atuação de núcleos territoriais organizados, responsáveis por articular campanhas, formação política e diálogo com diversos setores sociais. Nesse contexto, a figura de Marielle Franco adquiriu papel simbólico e estratégico dentro do partido, sendo mobilizada em campanhas posteriores como referência de resistência, especialmente por meio da narrativa das “sementes de Marielle”. Ainda que a identificação dos eleitores com essas candidaturas nem sempre decorra de vivências compartilhadas de classe ou território, a escolha por mulheres negras, periféricas e de esquerda por eleitores da zona sul aponta para a complexidade das alianças políticas e afetivas que se formam no espaço eleitoral da cidade.

Quarto, entre 2020 e 2024, ocorreu uma queda coletiva no número de candidatas de esquerda. Alguns partidos, como o PT, apresentaram uma redução menos expressiva, enquanto outros, como o PCdoB, passaram de 20 candidatas em 2020 para apenas uma em 2024. Esse declínio pode ser explicado pela aprovação da lei das federações partidárias, que alterou as estratégias eleitorais de partidos menores. Com a federação, a tática eleitoral se aproximou das condições anteriores a 2017, quando foram implementadas a cláusula de barreira e o fim das coligações. Em vez de montar nominatas completas, passou a ser mais vantajoso concentrar esforços em poucas candidaturas. Essa mudança ilustra como as reformas no sistema eleitoral afetam diretamente as estratégias partidárias e o perfil das candidaturas.

Partidos de esquerda com menor representação, como PCB e PSTU, enfrentam dificuldades acentuadas após as mudanças legais de financiamento e regras eleitorais. A escassez de recursos impacta diretamente a participação feminina, como apontam estudos feministas que relacionam condições materiais à presença das mulheres na política (Biroli, 2018; Matos, 2020). A informalidade das campanhas, ausência de estrutura partidária e ausência de incentivos institucionais impõem barreiras que se tornam ainda mais complexas quando somadas às desigualdades raciais e de classe.

No gráfico "Eleitas por partido de esquerda nas eleições municipais do Rio de Janeiro (2008-2024)", é possível identificar quatro tendências significativas:

Gráfico 2 – Eleitas por partido de esquerda nas eleições municipais do Rio de Janeiro entre 2008 e 2024



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025)

Primeiro, a partir de 2016, observa-se um crescimento na representação feminina de partidos de esquerda, ainda que essa representação permaneça limitada. Na última eleição, cinco mulheres foram eleitas, compondo um total de 51 vereadores. Essa tendência reflete um avanço modesto, mas relevante, considerando o histórico de baixa presença feminina nesse espaço.

Segundo a eleição de 2012 marca um ponto crítico na trajetória da representatividade feminina de esquerda, com nenhuma mulher eleita naquele pleito. Por outro lado, a eleição municipal de 2012 foi uma eleição importante para a esquerda, com destaque para o candidato do PSOL, Marcelo Freixo, que encabeçou uma campanha de grande repercussão no meio artístico, tendo como vice o músico Marcelo Yuka. O partido ampliou de 1 para 4 cadeiras na Câmara, mas nenhuma mulher foi eleita.

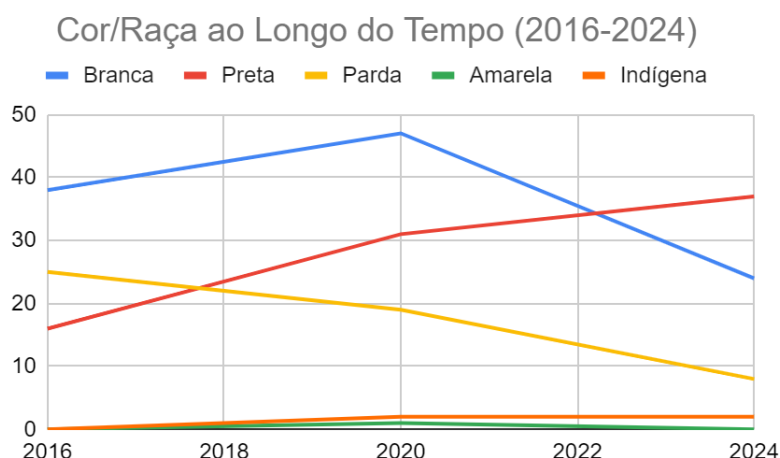
Terceiro, o PDT é um partido que se destaca pela presença de candidaturas femininas no Rio de Janeiro. No entanto, dentro do recorte temporal observado, com

exceção da eleição de 2008, quando elegeu uma vereadora, o partido não conseguiu retomar sua representatividade feminina na Câmara Municipal nas eleições seguintes, após 2012.

Por fim, a partir de 2016, outros partidos de esquerda começam a ampliar a bancada feminina de esquerda. O PSOL, o PT e o PSB se destacam nesse contexto, elegendo, em 2024, 2 vereadoras pelo PT, 2 pelo PSOL e uma pelo PSB. Entre as eleitas do PSOL está Mônica Benício, viúva de Marielle Franco, cuja atuação política reivindica o legado de Marielle.

Além disso, também cruzamos os dados disponíveis sobre racialidade com o número de candidatas e obtivemos o seguinte resultado:

Gráfico 3 – Cor/Raça ao longo do tempo (2016-2024)



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025)

O gráfico revela um crescimento expressivo das candidaturas de mulheres pretas a partir de 2020, ano marcado pela intensificação da crise política, pela eleição de Jair Bolsonaro, pela pandemia de COVID-19 e pelo assassinato da vereadora Marielle Franco, ocorrido dois anos antes. Ainda que não seja possível afirmar uma relação causal direta entre esses eventos e o aumento da participação de mulheres negras, os dados indicam uma inflexão relevante. Conforme apontado por Krook e Sanín (2016), a

violência contra mulheres na política possui uma dimensão comunicativa, cujos efeitos extrapolam as vítimas diretas e reverberam simbolicamente no campo político e social. Nesse sentido, o crescimento observado pode ser interpretado como parte de um movimento mais amplo de enfrentamento e resposta política à exclusão, especialmente entre candidaturas com perfis identitários e ideológicos semelhantes ao de Marielle.

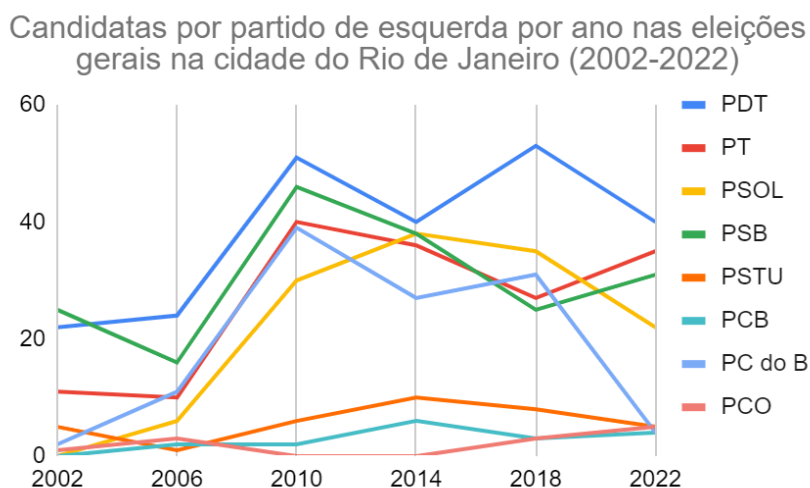
Para uma análise mais aprofundada das motivações e sentidos atribuídos por essas candidatas, seria necessário recorrer a métodos qualitativos, como entrevistas em profundidade, o que excede o escopo do presente estudo. Como alternativa, foram mobilizadas fontes secundárias, como entrevistas publicadas pela imprensa, que evidenciam a apropriação política da expressão “Marielle virou semente”. Um exemplo emblemático é a Agenda Marielle Franco⁶, iniciativa promovida pelo Instituto Marielle Franco em diferentes ciclos eleitorais, voltada a cadastrar e fortalecer candidaturas comprometidas com as pautas defendidas pela vereadora.

4.2 Eleições gerais

No gráfico "Candidatas por partido de esquerda por ano nas eleições gerais na cidade do Rio de Janeiro (2002-2022)", observa-se um crescimento significativo no número de candidaturas femininas entre as eleições de 2006 e 2010. Em 2010, ano em que Dilma Rousseff foi eleita como a primeira presidenta do Brasil, há um boom de candidaturas de mulheres. Embora os dados disponíveis não permitam afirmar que Dilma tenha influenciado diretamente o aumento dessas candidaturas, nota-se que a linha das candidaturas femininas acompanha o período de maior aprovação de Dilma, como também seu declínio.

⁶ Agenda Marielle Franco é uma iniciativa coletiva organizada pelo Instituto Marielle Franco, construída em parceria com mais de 200 organizações sociais. A Agenda orienta e apoia candidaturas comprometidas com políticas antirracistas, feministas, LGBTQIAPN+, periféricas e populares, oferecendo diretrizes e um mapa de práticas políticas inspiradas no legado de Marielle, destinadas especialmente a mandatos municipais em todo o país. Disponível em <https://www.agendamarielle.com/>. Acesso em 06/08/2025.

Gráfico 4 – Candidatas por partido de esquerda por ano nas eleições gerais na cidade do Rio de Janeiro



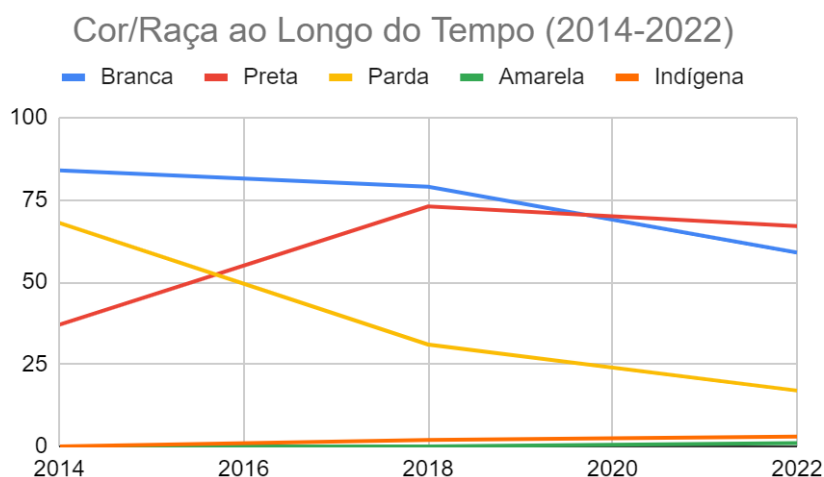
Fonte: Elaborado pelas autoras (2025)

Em 2018, após o impeachment de Dilma, apenas o PDT, que historicamente se destaca, e modestamente o PCdoB, mantém trajetória ascendentes no número de candidaturas femininas. Os demais partidos (com exceção dos menores PCB, PCO e PSTU) sofrem uma queda considerável no número de candidaturas no período pós-impeachment. O PT e o PSB apresentaram uma retomada de crescimento em seguida, mas o PSOL continuou em declínio em relação ao número de candidaturas femininas.

Apesar disso, o partido elegeu 2 mulheres negras como deputadas estaduais nas últimas eleições, Dani Monteiro e Renata Souza, que haviam sido, respectivamente, assessora e chefe de gabinete no mandato de Marielle Franco. Para a Câmara dos Deputados elegeu e reelegeu Talíria Petrone, que já havia sido eleita vereadora também em 2016, mas pela cidade de Niterói. As 3 defendem agendas semelhantes às de Marielle e tem um perfil também semelhante. Nesse sentido, é possível observar que, apesar de uma redução quantitativa, qualitativamente, as candidaturas de mulheres negras no PSOL se destacaram nas últimas eleições. Importante lembrar também de Mônica Francisco, que também foi assessora de Marielle Franco e se elegeu deputada estadual pelo PT em 2018.

O gráfico de Cor/Raça entre as eleições gerais de 2014 e 2022, para as quais o TSE disponibilizou dados raciais, apresenta uma tendência semelhante ao gráfico de Cor/Raça das eleições municipais de 2016 a 2024. Nota-se um crescimento expressivo na participação de mulheres negras na eleição de 2018, com quase o dobro de candidatas em relação ao pleito anterior. Na eleição seguinte, em 2024, há uma leve queda, mas os índices de participação permanecem elevados, consolidando as mulheres negras como o grupo étnico mais representado.

Gráfico 5 – Cor/Raça ao longo do tempo (2014-2022)



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025)

Outro ponto relevante é a redução no número de candidatas pardas. Considerando que, segundo o Estatuto da Igualdade Racial (Brasil, 2010), pretos e pardos formam a população negra no Brasil, essa mudança pode refletir uma maior autoidentificação de mulheres que anteriormente se declararam pardas, agora como pretas.

A análise apresentada revela um panorama complexo da participação política de mulheres de esquerda na cidade do Rio de Janeiro, evidenciando como eventos recentes e transformações no sistema eleitoral se entrelaçam com as dinâmicas de candidaturas ao longo do tempo. Observa-se que, após episódios marcantes de violência contra as mulheres na política, como o impeachment de Dilma Rousseff e o

assassinato de Marielle Franco, houve um aumento na presença de mulheres, especialmente mulheres negras, na disputa por cargos eletivos. Embora não se possa afirmar uma relação causal direta entre esses acontecimentos e o crescimento das candidaturas, esse movimento pode ser interpretado como uma forma de resistência e reorganização diante da exclusão histórica dos espaços de poder. A recorrência de candidaturas com perfis semelhantes ao de Marielle sugere não apenas a força simbólica de sua trajetória, mas também o surgimento de novas lideranças que desafiam os padrões normativos da política institucional.

Por outro lado, as limitações estruturais, como a falta de institucionalização partidária e as mudanças no sistema eleitoral, continuam restringindo o acesso das mulheres aos espaços de poder, evidenciando que o aumento no número de candidaturas nem sempre se traduz em maior representatividade. Assim, os dados reforçam a necessidade de abordagens qualitativas para compreender as motivações e os desafios enfrentados por essas candidatas, além de políticas públicas e estratégias partidárias que promovam a inclusão efetiva de mulheres na política, garantindo que a diversidade se traduza em impacto real na tomada de decisões.

5 Considerações Finais

Este estudo analisou a participação política de mulheres de esquerda nas eleições gerais e municipais no Rio de Janeiro, considerando dois eventos marcantes de violência contra as mulheres na política. O primeiro foi o assassinato da vereadora recém-eleita Marielle Franco, que se tornou um símbolo de resistência contra a violência política. O segundo foi o impeachment de Dilma Rousseff, identificado durante a coleta de dados como um possível fator associado à queda no número de candidaturas femininas nas eleições municipais de 2016.

Para enriquecer a análise, os dados coletados no TSE foram organizados em tabelas e gráficos que facilitaram a identificação de padrões e tendências. Além disso, mobilizamos a literatura sobre violência política contra as mulheres e adotamos técnicas de comparação pluralista para definir a abordagem metodológica mais adequada. Embora os eventos analisados não indiquem uma relação direta de causa e efeito, os resultados evidenciam a complexidade das interações entre violência política, gênero e participação eleitoral, reforçando a importância de estudos futuros que aprofundem

essa temática por meio da combinação de métodos qualitativos e quantitativos.

Concluimos que, mesmo diante de contextos adversos e barreiras estruturais de exclusão, as mulheres têm ampliado a ocupação de espaços políticos, reescrevendo narrativas. Seu protagonismo desafia estruturas historicamente excludentes, demonstrando que o gênero, além de um marcador de vulnerabilidade, é também um campo de resistência e reinvenção. Os achados deste estudo não encerram o debate, mas são também sementes que podem germinar pesquisas mais amplas e aprofundadas, contribuindo para o avanço do conhecimento sobre violência política contra as mulheres e a luta por uma democracia real.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. 2. ed. São Paulo: Editora Leitura, 2020.
- ALVES, José Eustáquio Diniz; CAVENAGHI, Suzana Marta. Indicadores de desigualdade de gênero no Brasil. **Mediações**, v. 18, n. 1, p. 83-105, 2013.
- BIROLI, Flávia. Political violence against women in Brazil: expressions and definitions. **Revista Direito e Práxis**, v. 7, n. 15, p. 557-589, 2016.
- BIROLI, Flávia. Uma mulher foi deposta: sexismo, misoginia e violência política. In: **O golpe na perspectiva de gênero**, v. 1, n. 1, 2018.
- BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.
- BIROLI, Flávia. **Gênero, política e as desigualdades no Brasil: Desafios para a democracia e a representação das mulheres**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2019.
- BOLOGNESI, Bruno; RIBEIRO, Ednaldo; CODATO, Adriano. Uma nova classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros. **Dados**, v. 66, p. e20210164, 2022.
- BRAGA, Maria do Socorro Sousa; AMARAL, Oswaldo E. do. Implicações do processo de seleção de candidatos na competição partidária: o caso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, p. 33-43, 2013.
- BRAGA, Maria do Socorro Sousa; DALCIN, Cinthia Carvalho; BONI, Mariana Caires. Marchas e contramarchas da sub-representação feminina: desempenho nas eleições municipais de 2020. **Conhecer: Debate entre o Público e o Privado**, v. 11, n. 26, p. 198-226, 2021.
- BRASIL. **Lei 12.288/10**. Estatuto da Igualdade Racial. Brasília, DF: Presidência da República, 2010.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 1. ed. São Paulo: Editora X, 1983.

GATTO, Malu; THOMÉ, Débora. **Candidatas**: os primeiros passos das mulheres na política no Brasil. Ed.01. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2024.

FGV, COMUNICAÇÃO RIO. **Candidatas a prefeitura receberam mais ataques e menos apoio em comentários do YouTube**. Disponível em: <https://midiademocracia.fgv.br/estudos/violencia-politica-de-genero-online-mulheres-de-esquerda-candidatas-prefeitura-receberam> Acesso em: 09/01/2025.

FREITAS, Viviane Gonçalves. **Feminismos na imprensa alternativa brasileira**: quatro décadas de lutas por direitos. São Paulo: Paco Editorial, 2018.

HILL-COLLINS, Patricia. **Intersectionality as critical social theory**. Durham, NC: Duke University Press, 2019.

INGLEHART, Ronald; NORRIS, Pippa. **Rising Tide**: Gender Equality and Cultural Change Around the World. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

KROOK, Mona Lena; RESTREPO SANÍN, Juliana. Violence against women in politics. A defense of the concept. **Política y gobierno**, v. 23, n. 2, p. 459-490, 2016.

MAINWARING, Scott; SCULLY, Timothy. **Building democratic institutions**: party systems in Latin America. Stanford (CA), Stanford University Press, 1995.

MATOS, Marlise. Mulheres e a violência política sexista: desafios à consolidação da democracia. In: BIROLI, F. [et al.] (Orgs.) **Mulheres, poder e ciência política**: debates e trajetórias. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

PAIVA, Denise; TAROUÇO, Gabriela da Silva. Voto e identificação partidária: os partidos brasileiros e a preferência dos eleitores. **Opinião Pública**, v. 17, p. 426-451, 2011.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. 1. ed. São Paulo: Editora Z, 1988.

PDT-RJ. **História Fundação**, 1979. Disponível em: <https://pdt-rj.org.br/index.php/o-pdt/historia/> Acesso em: 10/01/2025.

PEDUZZI, Pedro. Mapa do Ensino Superior aponta maioria feminina e branca. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-05/mapa-do-ensino-superior-aponta-par-a-maioria-feminina-e-branca>>. Acesso em: 11 nov. 2024.

ROSSI, Marina. “Quando dizem que Marielle virou semente, é muito real” **El País**, Recife, 12 de out. de 2018. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/12/politica/1539356144_236403.html. Acesso em 5 de jan. de 2025.

SABBATINI, Letícia; CHAGAS, Viktor; MIGUEL, Vinicius Machado; PEREIRA, Gabriela Rezende; DRAY, Sabrina. **Mapa da Violência Política de Gênero em Plataformas**

digitais. Niterói: coLAB/UFF, 2023.

SACCHET, Tereza; REZENDE, Daniela. Apresentação do Dossiê: Partidos Políticos, Gênero e Raça: Estudos e Debates sobre Estruturas Internas, Eleições e Representação Política. **Revista Feminismos**, v. 9, n. 2, p. 1-12, 2022.

SILVA, Laila Borges da. **O Partido Socialismo e Liberdade no Rio de Janeiro/RJ: um olhar investigativo sobre as dinâmicas do partido nas eleições municipais de 2016 e 2020**. 2022. 104 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 139-190, 2006.

TSE 2025. **Sítio do Tribunal Superior Eleitoral**. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas> Acesso em: 24/01/2025.

WEBER, Maria Helena. **Pactos e disputas político-comunicacionais sobre a presidenta Dilma**. Curitiba: CPOP/NUCOP, 2023.

ZUCCO, Cesar; TORCAL, Mariano. Estabilidad sin raíces: La institucionalización del sistema de partidos brasileño. In: **Sistemas de partidos en América Latina. Causas y consecuencias de su equilibrio inestable**, p. 78-107, 2015.